



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 364/2020/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo n.0043.364643/2019-09 - Pregão Eletrônico Nº 55/2020/ZETA/SUPEL/RO (0010442871)

Procedência: Equipe de Pregão ZETA

Interessado: Esforço conjunto (EpR, SEJUS, SEGEF, SEDUC e SEDAM)

Menor preço por Item - VALOR: R\$ 268.088,00 (duzentos e sessenta e oito mil oitenta e oito reais)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. FASE EXTERNA. RECURSO ADMINISTRATIVO. PROPOSTA. HABILITAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CONHECIMENTO. TOTALMENTE IMPROCEDENTE.

1

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante **R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA (0010983838)** contra decisão que habilitou e classificou a proposta da recorrida **KAMYLLA SOUSA MOREIRA nos itens 01 e 02**, em consonância com o art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.

2. O processo originário, o qual abriga o Pregão Eletrônico Nº 55/2020/ZETA/SUPEL/RO (0010442871), referente a "*Registro de Preços para eventual e futura aquisição de aparelhos de telefone IP, para a Superintendência de Estado para Resultados - EpR, Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEF, Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, e, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência e seus anexos*", foi encaminhado para análise quanto ao recurso e julgamento por parte do pregoeiro, que passa a fazê-lo na sequência analítica a seguir.

2

ADMISSIBILIDADE

3. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, haja vista participação no certame, consta pedido de provimento ao

recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

4. Do mesmo modo, as contrarrazões aos recursos foram interpostas de forma tempestiva, legítima, e com interesse fundamentado, preenchendo os requisitos de admissibilidade.

3

DOS RECURSOS DA LICITANTE R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA (0010983838)

5. Em sede de recurso, a recorrente interpôs a seguinte intenção nos itens 01 e 02:

Manifestamos intenção de recorrer nos termos do Acórdão 339/2010 do TCU (o qual recomenda a não rejeição da intenção de recurso), contra a habilitação da empresa KAMYLLA SOUSA MOREIRA por ter ofertado equipamento que não atende as especificações técnicas do edital, além de outros motivos que iremos demonstrar em nosso recurso

6. Alega a recorrente que os produtos ofertados pela recorrida nos itens 01 e 02 (*aparelho telefônico da marca Grandstream GXP 1610 e Grandstream GXP 1615*), respectivamente, não atendem às especificações técnicas dispostas no Termo de Referência, a dizer:

item 1.1.1.10 - Suportar PoE (Power over Ethernet) compatível com 802.3af; e item 1.1.1.38.2 - Fonte de energia convencional e/ou PoE.

7. Questiona ainda a falta de apresentação de atestado de capacidade técnica referente à "fornecimento de telefones IP", portanto, incompatível em características com o objeto atual, descumprindo o item 13.8.2 do Edital.

8. Requer que as razões de recursos sejam julgadas procedentes, inabilitando a empresa recorrida do presente certame.

9. Apesar de oportunizada oportunidade de resposta no prazo legal, não consta nos autos contrarrazões ao recurso.

4

DA DECISÃO DA EQUIPE DE PREGÃO (0010798113)

10. Finda sua análise, o pregoeiro concluiu das seguintes formas:

- a) PROCEDENTE o recurso apresentado nos itens 01 e 02, por parte da empresa R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA, onde me manifesto pela realização de retorno de fase a fim de desclassificar a empresa recorrida e convocar as remanescentes.

5

DA ANÁLISE JURÍDICA

11. A **síntese recursal** no presente caso concatena-se no seguinte enunciado: **produtos ofertados pela recorrida não atendem às especificações técnicas do edital e atestados de capacidade**

técnica são incompatíveis em características

12. Acerca das alegações de que os produtos ofertados pela recorrida não atendem às especificações técnicas do edital, eis a síntese: nos itens 01 e 02, foi ofertado aparelho telefônico da marca Grandstream, modelos GXP 1610 e GXP 1615, aparelhos que não atendem às seguintes especificações técnicas, segundo a recorrente:

1.1.1.10. Suportar PoE (Power over Ethernet) compatível com 802.3af;

1.1.1.38.2. Fonte de energia convencional e/ou PoE;

13. Para dirimir tal dúvida, foi realizado pedido de diligência (0010881826) à Superintendência de origem para elaboração de resposta técnica quanto à validade dos argumentos apresentados, bem como pedido de análise das "Propostas de Preços das empresas FORTT BRASIL (0010880919) – R&A COMERCIO (0010880975) e NETSCIENCE (0010881072), informando se os produtos por elas ofertados atendem ou não às exigências do Edital, a fim de que, caso seja necessário retorno de fase, [seja possível] dar celeridade a conclusão processual e não tenhamos que, novamente, remeter estes autos a essa Secretaria".

14. Em consequência, por meio do expediente "Resposta EPR-DETCGPRO (0010969454)" foi emitida a seguinte nota:

- Os aparelhos da marca Grandstream modelos GXP 1610 e GXP 1615 não atendem as especificações, pois o 1610 não suporta PoE e ambos não suportam duas Contas SIP, conforme já havia sido esclarecido no documento (0010569983).

- Assim sendo as propostas das empresas Kamyra Sousa Moreira e NetScience não atendem ao mínimo exigido nas especificações técnicas.

- Os equipamentos ofertados pela R&A Comércio e Fortt Brasil atendem as especificações.

15. Pelo disposto, de acordo com a manifestação do órgão interessado, os aparelhos telefônicos ofertados pela recorrida não atendem às especificações por falta de suporte de PoE (Power over Ethernet) no modelo GXP 1610, bem como falta de suporte de duas contas SIP em ambos os aparelhos GXP 1610 e GXP 1615.

16. Desta feita, há de se considerar que, legalmente, tanto as empresas licitantes quanto a Administração Pública está **vinculada** às regras editalícias estabelecidas, devido à existência do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto nos Arts. 3º e 41 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[...]

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

17. Ignorar a disparidade entre as especificações técnicas do edital e o produto ofertado seria afrontar ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme entende o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1033/2019-Plenário, ao dizer que:

A aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei 8.666/1993) e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar não só no valor das propostas, como também na intenção de potenciais licitantes em participar do certame.

18. **Desta feita, acertada a decisão do pregoeiro de conhecer do recurso neste ponto e no mérito, julgá-lo procedente neste ponto específico, pois cumpre os ditames legais previstos no arcabouço jurídico brasileiro.**

19. Adiante, no tocante ao argumento de que a recorrida não atende aos requisitos de atestado de capacidade técnica compatível em características com o objeto da licitação, eis a disposição do pregoeiro:

Acerca da alegação de que a empresa recorrida não detém capacidade técnica, entendo que não merece prosperar, eis que a comprovação de qualificação técnica por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica se dá por meio de comprovação de execução/fornecimento de objeto compatível com o que foi licitado (Lei 8.666/93 em seu artigo 30, II), e não idêntico. A exigência de experiência idêntica a título de comprovação de qualificação técnica, bem sabemos, é vedada (Acórdão 2914/2013-Plenário/TCU). A recorrida, conforme documento SEI ID 0010697110, forneceu adaptadores de telefones analógicos, ou seja, teve experiência anterior comprovada no fornecimento de itens compatíveis e afetos ao ramo de telefonia, pelo que, entendo que seja irrazoável supor que não pudesse fornecer os aparelhos telefônicos ofertados.

20. Neste sentido, o próprio Acórdão 914/2019-Plenário do TCU dita que "*É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993)*".

21. Estes critérios objetivos, segundo próprio TCU, no Acórdão 1443/2015-Plenário informa que "*os atestados de capacitação técnica, assim como todo e qualquer documento relativo à habilitação, devem ser relativos à licitante e não ao produto que ela está ofertando*", visto que "*o detalhamento das características do objeto a ser contratado deve ser feito no projeto básico ou no termo de referência*". Deste modo, há de se considerar a característica mais abrangente possível para classificação de aceite de atestados de capacidade técnica.

22. No caso concreto, a exigência de fornecimento prévio de produto relacionado à **telefonia** demonstra ser suficiente para comprovar que a empresa possui experiência de negócios na área, o que foi comprovado nos autos por meio do fornecimento de produto relacionado com a categoria de produtos de telefonia (0010697110, p. 24).

23. **Portanto, legalmente, não há motivos para considerar insuficiente a capacidade técnica atestada pela licitante recorrida, não devendo, conforme já mencionou o pregoeiro, prosperar a irresignação recursal neste ponto.**

6

CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, esta Procuradoria sedimenta opinião pela manutenção da decisão do Pregoeiro, que julgou:

- **PROCEDENTE** os recursos interposto pela recorrente **R&A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA (0010983838)**, para desclassificar a proposta da recorrida **KAMYLLA SOUSA**

MOREIRA no certame nos itens 01 e 02, pelos termos acima mencionados.

25. Esta decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garantem a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

26. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

27. Tendo em vista o preço estimado deste procedimento licitatório, esta opinião não será submetida à aprovação ao Procurador Geral do Estado diante da disposição contida no artigo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante artigo 9º, inciso I, da Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

28. Oportunamente, submeter-se-á o presente despacho, do art. 109, § 4.º, da Lei Nacional nº 8.666/1993, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcao Ribeiro, Procurador(a)**, em 30/04/2020, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0011256063** e o código CRC **348C4048**.